

NAS ENTRELINHAS DA MONARQUIA E REPÚBLICA BRASILEIRA: UMA LEITURA DO NEGRO A PARTIR DA LITERATURA

BETWEEN THE MONARCHY AND BRAZILIAN REPUBLIC: A BLACK READING FROM LITERATURE

Lucas Wilgner Moraes Marques¹
Sandra Maria Job²

RESUMO: O olhar da História oficial sobre a história do Brasil, principalmente nos livros didáticos, traz a História a partir de um ponto de vista, em muitas literaturas, extremamente parcial, focada principalmente nos fatos e personalidades históricas. Neste olhar é possível ler nas entrelinhas do discurso o quão heroicos foram determinados representantes do sistema político brasileiro e/ou ações advindas dos mesmos. Neste contexto, qual o olhar da sociedade, via literatura, sobre tais sistemas e/ou atos? E a população negra dentro desses sistemas de governo, o que sentiram? Buscando responder a tais questionamentos, este trabalho tem como objetivo fazer uma leitura da situação social do negro/a dentro de um período específico da Monarquia e dos anos iniciais da República brasileira a partir de três textos literários, a saber: “Navio negreiro” (excertos do poema), de Castro Alves; “15 de novembro” e “O momento”, de Lima Barreto. Além disso, procurar-se-á identificar e analisar o olhar do eu-poético e narrador sobre seus respectivos períodos histórico-políticos. Para tanto, utiliza-se de respaldo teórico (FAUSTO, 1995; NATAL, 2017; SILVA, 2012; PESAVENTO, 2003 etc.). Uma das conclusões a que foi possível chegar é que em ambos os textos o sofrimento do negro, apesar de não mais escravizados, perpetua-se de um regime para outro.

Palavras-Chave: História. Literatura. Leitura. Negro/a.

ABSTRACT: The look of official history on the history of Brazil, especially in textbooks, brings history from a point of view, in many literatures, extremely partial, focused mainly on historical facts and personalities. In this view, it is possible to read between the lines of the speech how heroic representatives of the Brazilian political system were and/or actions arising from them. In this context, what is society's view, via literature, on such systems and/or acts? And the black population within these government systems, what did they feel? Seeking to answer such questions, this work aims to make a reading of the social situation of black people within a specific period of the Monarchy and the early years of the Brazilian Republic from three literary texts, namely: “Navio negreiro” (Nigreiro Ship) (excerpts from the poem), by Castro Alves; “November 15th” and “O momento”, by Lima Barreto. Furthermore, it will seek to identify and analyze the look of the poetic-self and the narrator on their respective historical-political periods. For this, it uses theoretical support (FAUSTO, 1995; NATAL, 2017; SILVA, 2012; PESAVENTO, 2003 etc.). One of the conclusions that it was possible to reach is that in both texts the suffering of black people, although no longer enslaved, is perpetuated from one regime to another.

Keywords: History. Literature. Reading. Black.

¹Graduando em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (Campus do Marajó Breves).

²Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina e docente adjunta do curso de Letras da Universidade Federal do Pará – Campus do Marajó Breves.

INTRODUÇÃO

Como é sabido, o olhar da História oficial sobre a história do Brasil, no que diz respeito aos livros didáticos, em especial, traz a História a partir de um ponto de vista, em muitas literaturas, extremamente parcial, focada principalmente nos fatos e personalidades históricas. Neste olhar é possível ler nas entrelinhas do discurso o quão heroicos foram determinados representantes do sistema político brasileiro, todos brancos e pertencentes à elite brasileira. Neste contexto, qual o olhar e a situação social da população negra sobre tais sistemas e/ou atos “heroicos”?

Buscando responder a tais questionamentos, este trabalho tem como objetivo fazer uma leitura da situação social do negro/adentro da Monarquia (1840-1889) e da República brasileira (1889-1930) a partir de três textos literários, a saber: “Navio negreiro” (excertos do poema), de Castro Alves; “15 de novembro” e “O momento”, de Lima Barreto. Além disso, procurar-se-á identificar e analisar o olhar do eu-poético e narrador sobre seus respectivos períodos histórico-políticos. Para tanto, utiliza-se da leitura de Fausto (1995), Pesavento (2003), Silva (2012), Natal (2017).

Para atingir os objetivos propostos, o trabalho divide-se em 4 partes. Na primeira parte se constitui a introdução, na segunda, uma breve contextualização sobre a Monarquia e República. A terceira é a parte da análise dos excertos do poema de Castro Alves e as crônicas de Lima Barreto. E, por fim, a conclusão.

197

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA SOBRE A MONARQUIA E REPÚBLICA

Atualmente, dado o panorama político brasileiro, ouve-se muito nos veículos midiáticos e/ou de comunicação um dos substantivos mais reforçados tanto pelos políticos da nação brasileira, quanto dos cidadãos com uma forte representatividade social, é a famosa “democracia”. A palavra tem sido constantemente proferida devido à polarização política vivida no país. Ou seja, não por acaso é um dos termos mais reforçados contemporaneamente, pois o fato é fruto do que se entende e se quer entender de um regime republicano democrático – conquistado a duras penas, já que o Brasil nem sempre foi uma República – haja vista que a Monarquia durou 67 anos, no qual o país viveu e, no século passado, o período de ditadura militar. Por outro lado, sabe-se que foi percorrido um longo caminho até chegar na famosa “República”. Dessa forma, revisitar alguns momentos dessa trajetória, nos seus respectivos períodos iniciais com o intuito de citar importantes acontecimentos sociais que tais períodos

legaram ao povo brasileiro, assim como analisar as consequências dos mesmos para a população negra é a proposta aqui. A escolha desses períodos, em específico, está relacionado aos textos literários selecionados para análise: “Navio Negreiro” (excertos do poema), de Castro Alves; “15 de novembro” e “O momento”, de Lima Barreto, ou seja, os períodos históricos compreendem o momento da escrita desses autores.

No que tange aos períodos históricos selecionados, antes de se tornar uma República, o Brasil, como é sabido, vivenciou um período de 67 anos de Monarquia, somando os períodos de governo de Dom Pedro I, período Regencial e Dom Pedro II. Dentro do período monárquico interessou-nos dois momentos, em particular, quais sejam: 1) o momento histórico no qual se busca, através da ala dos Conservadores de descentralizar o poder do governo; 2) a livre apropriação de terras dos posseiros – ambos ocorridos no período da Monarquia.

Sabe-se que no Segundo Reinado (1840-1889) (como é chamado o período de governo de Dom Pedro II) ocorreu um golpe que foi chamado de “Golpe da Maioridade”, através do qual Dom Pedro II chega no trono aos 14 anos por intermédio dos liberais. Neste contexto, para Fausto:

Por um desses paradoxos comuns à política, e mais ainda à política brasileira, não foram os conservadores, mas os liberais, que apressaram a ascensão de Dom Pedro II ao trono. Superados pelas iniciativas “regressionistas”, os liberais promoveram no Congresso a antecipação da maioridade do rei, por mais uma interpretação arranjada do Ato Adicional. Assim, ainda adolescente, Pedro II assumiu aos doze anos o trono do Brasil, em julho de 1840. (FAUSTO, 1995, p.175).

198

Dessa maneira, o Segundo Reinado estava consolidado no Brasil. Nesse período, um dos acontecimentos relevantes é a luta dos Conservadores para tentar descentralizar o poder governamental, isto é, fazer com que o poder não estivesse único e exclusivamente nas mãos do Imperador. Como o governo do Imperador, na época, carecia, segundo Fausto (1995), de uma base social forte que o apoiasse, em 1843, um jornalista conservador, Justiano José da Rocha, concluiu que o que faltava, em termos de apoio para o Imperador, poderia ser o elemento que fortaleceria os ideais do partido dos Conservadores. Ou seja, para José da Rocha o apoio que os Conservadores precisavam deveria vir do grande comércio e da grande agricultura (FAUSTO, 1995).

Contudo, quaisquer rugas entre o governo e a elite agrária e/ou nobreza eram de cunho particular, no sentido de que as rugas visavam benefícios para as próprias classes envolvidas, visto que, no que tange à escravidão, por exemplo, embora tema já naquela época discutido de forma recorrente na sociedade, passava longe dos mesmos (grandes proprietários de terra, por exemplo) o fim da mesma. Devido à “pressão” externa (Inglaterra), em relação à escravidão,

neste período uma das leis em “prol” (que reduziu drasticamente o tráfico externo) dos negros escravizados foi a promulgação da Lei Eusébio de Queirós (1850), que instituía o fim do tráfico de escravizados – além é claro das Leis do Ventre Livre (1871), Sexagenários (1885) e mais a frente encerrando a escravidão, a Lei Áurea (1888).

Em suma, ao querer, por parte dos Conservadores, limitar o poder do Imperador – e lutar por isso, os Conservadores visavam com tal ato beneficiar a própria classe social: a elite agrária. Obviamente que tal medida, do ponto de vista histórico e político é relevante, pois mudaria toda a estrutura política. Mas a mesma não foi pensada visando o povo negro, a escravidão – que seguia tão firme quanto antes, no que tange ao desejo da Monarquia, da elite e nobreza em mantê-la.

No que tange à situação dos posseiros, no citado período, a forma como os fazendeiros se apropriavam das terras de posseiros era, no mínimo, curiosa. Nesse sentido, de acordo com Fausto:

A história da ocupação das terras seguiu um padrão que vinha do passado e iria se repetir ao longo da história do Brasil. Havia uma indefinição dos limites das propriedades e muitas terras não eram exploradas. Os títulos de propriedade, quando existentes, podiam ser contestados porque, entre outras coisas, uns se sobrepunham a outros. (FAUSTO, 1995, p. 187).

Ainda nessa concepção, segundo Fausto (1995), a lei prevalecia sempre para os mais fortes, isto é, prevalecia para aqueles que tinha condições financeiras para pagar jagunços para expulsar posseiros que, por sua vez, não tinham recursos financeiros, não tinham bons advogados para defendê-los, não tinham influência junto a juízes, corroborando, dessa forma, para que os fazendeiros (no caso os mais fortes) obtivessem posses de diversas terras (prática que ainda é possível ver ocorrendo em pleno século XXI).

Em outras palavras, aqueles posseiros estavam jogados à própria sorte, já que nenhum órgão superior estava disposto a intervir nesses casos. Nesse sentido, segundo Fausto (1995), o presidente da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, em um de seus relatórios de 1840, relata que um indivíduo até poderia assumir posse de uma área, mas para isso ele dependeria exclusivamente da força. Ou seja, “[...] Um proprietário ou posseiro que não dispusesse desse recurso se via obrigado a ceder a terra ou vendê-la a quem pudesse se manter nela pelas armas” (FAUSTO, 1995, p. 187).

Embora tenhamos observado apenas dois aspectos históricos sobre o período monárquico, mas cientes do período como um todo, não seria absurdo concluir que, no Segundo Reinado, embora tenha havido manifestação contrária ao governo, nenhuma das mesmas conseguiu a

contento alterar e quando “alterou” a situação social dos escravizados e dos pobres, como foi o caso, em particular, da Lei Áurea, a situação dos negros e dos pobres (representados aqui pelos posseiros, independentemente da cor, etnia), ao longo da Monarquia, sofreu, sob o ponto de vista social, humano, pouca alteração - apesar das muitas leis promulgadas ao longo desse período para extinguir a escravidão no Brasil.

Em relação à República, vale lembrar que vários fatores de ordem política e social contribuíram para a culminância da mesma, entre eles, o fim da escravidão – que deixou muitos escravocratas insatisfeitos com o governo monárquico. Ela se instaura a partir da “[...] iniciativa quase exclusiva do Exército, que deu um pequeno, mas decisivo empurrão para apressar a queda da Monarquia” (FAUSTO, 1995, p. 235). Além disso, uma parte da burguesia cafeeira de São Paulo surgiria como um personagem fundamental para consolidação do novo regime, haja vista que iria proporcionar à República uma base social sólida (FAUSTO, 1995). Porém, apesar do Exército ter dado um “decisivo empurrão” na Proclamação da República, nem tudo eram flores, tanto que, segundo Fausto (1995, p. 245), “[...] os anos posteriores aquele 15 de novembro se caracterizava por uma grande incerteza [...]”, já que vários grupos da elite que disputavam o poder estavam bem divididos em relação às suas ideologias acerca da “República”, por exemplo. Nesse sentido, segundo Fausto:

200

Os representantes políticos da classe dominante das principais províncias – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – defendiam a ideia da República federativa, que assegura um grau considerável de autonomia às unidades regionais. Distinguiam-se, porém, em outros aspectos da organização do poder. O PRP e os políticos mineiros sustentavam o modelo liberal. A base da República seria constituída de cidadãos, representados na direção do Estado por um presidente eleito e pelo congresso. Os republicanos gaúchos eram positivistas. (FAUSTO, 1995, p. 245).

Essa “divisão” ideológica, contudo, não foi o único problema enfrentado pelo novo regime de governo, visto que no desenrolar inicial desse período, sabe-se que ocorreram diversas revoltas ao regime republicano, como, por exemplo, a Revolta da Armada (1891), que teve como grande estopim o governo autoritário de Deodoro da Fonseca (então presidente); Revolta Federalista, no Rio Grande do Sul (1893-1895); a Revolta de Canudos, na Bahia (1896-1897), comandada por Antônio Conselheiro, Revolta da Vacina (1904), Revolta da Chibata (1910), Revolta do Contestado (1912-1916). Ou seja, a insatisfação com ações/atitudes do novo regime mostrava a fragilidade governamental de administrar a república que tanto idealizaram. Assim, os segmentos sociais da época viam as revoltas como artífices contra o regime republicano.

Negros e pobres, isto é, a população economicamente desfavorecida, sofreu no regime republicano, em particular os negros que, embora livres, seguiam presos à miséria em que a

Monarquia os legara e que a República fingia não ver. De forma mais objetiva e didática, a partir de agora faremos uma leitura social do negro, em especial, nos respectivos períodos políticos citados a partir da literatura.

BREVE ANÁLISE DO POEMA “NAVIO NEGREIRO” E DAS CRÔNICAS “15 DE NOVEMBRO” E “O MOMENTO”, DE CASTRO ALVES E LIMA BARRETO, RESPECTIVAMENTE

De acordo com Pesavento (2003), a História e a Literatura dialogam entre si e, por isso, tanto uma quanto a outra, com suas singularidades, podem responder a várias perguntas dos homens sobre o mundo. Em outras palavras, as narrativas históricas e literárias, embora distintas, mantêm certa proximidade ao falar sobre a realidade e também ao revelar sentidos acerca de temas/problemas sobre diferentes perspectivas, conseqüentemente, conclui-se que estão bem próximas entre si (PESAVENTO, 2003).

Neste contexto, se existe um diálogo entre História e Literatura, buscar uma leitura da História através da Literatura torna-se plausível. Fazer isso é a proposta deste tópico. Antes, contudo, cabem algumas considerações sobre os autores dos textos literários que serão utilizados aqui.

Nesse sentido, no que se refere a Castro Alves (1847-1891), segundo Silva,

201

Consagrado como um dos vultos com maior destaque no panorama literário oitocentista brasileiro, Castro Alves não só recebeu o aplauso do seu tempo, como, decorrido mais de um século de sua morte, não deixou de recebê-lo das gerações que se vêm sucedendo, e que levarão seu nome, com os seus versos, muito ainda além de nós. (SILVA, 2012, p. 8).

Dessa forma, percebe-se a importância do poeta para a literatura brasileira, além de tudo é claro, dos seus versos que sempre permanecerão vivos na sociedade, seja qual for a época. Segundo Silva (2012), sua dedicação e disposição na defesa pelo abolicionismo ocasionaram o apelido de “poeta dos escravos” para Castro Alves, conseqüência do fato de o mesmo não esconder seu descontentamento com a desumanização imputada ao negro escravizado – aspecto que o poeta deixa explícito na sua literatura.

A respeito de Lima Barreto (1881-1922), como é sabido, ele é um dos grandes escritores da literatura brasileira e está inserido no Pré-Modernismo. Para Natal,

A biografia de Lima Barreto é a árdua travessia de um mestiço alfabetizado de classe média que colidiu o tempo todo contra os racismos operantes na sociedade brasileira da época. O Lima delineado por Lilia Schwarcz é o personagem-testemunha em que estão sintonizados os referenciais de classificação daquele momento, que eram, principalmente, os preconceitos de cor, classe e origem social (NATAL, 2017, p. 236).

Apesar de a escravidão ter se “extinguido”, de acordo com Natal (2017), a herança do preconceito racial era muito forte nas hierarquias da república e sobre as origens sociais. Nesse contexto, Lima Barreto com sua literatura crítica fazia oposição ao regime racista, às injustiças sociais, e às teorias deterministas da época. Nesse sentido, de acordo com Natal (2017, p. 239), “[...] Em seus artigos jornalísticos e textos de ficção, o autor sempre se pautava por uma escrita militante”.

Quanto ao que se refere aos textos desses autores, em relação ao poema “Navio negreiro”, de Castro Alves, de maneira geral, o mesmo canta os horrores e as atrocidades que eram feitas aos negros da época que eram trazidos através de navios negreiros para o Brasil. Estruturalmente, o poema contém 34 estrofes e é dividido em 6 cantos ao todo. Contudo, para a análise proposta será utilizado apenas quatro estrofes pertencentes aos cantos IV e V do poema por trazerem de forma mais impactante o sofrimento dos negros ao longo da travessia pelo Atlântico, como pode ser observado nos excertos abaixo.

IV

Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar. Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar... (ALVES, 2013, p. 20).
Negras mulheres, suspendendo às tetas Magras crianças,
cujas bocas pretas Rega o sangue das mães: Outras moças,
mas nuas e espantadas, No turbilhão de espectros arrastadas,
Em ânsia e mágoa vãs!. (ALVES, 2013, p. 21).

.....

Preso nos elos de uma só cadeia, A multidão faminta
cambaleia, E chora e dança ali! Um de raiva delira, outro
enlouquece, Outro, que martírios embrutece, Cantando,
geme e ri!. (ALVES, 2013, p. 21).

.....

V

Senhor Deus dos desgraçados! Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade Tanto horror perante os céus?! Ó
mar, por que não apagas Co'a esponja de tuas vagas De teu
manto este borrão?... Astros! Noites! Tempestades! Rolai
das imensidades! Varrei os mares, tufão!. (ALVES, 2013, p.
22).

O poema, escrito no período do segundo reinado, revela ainda que de forma poética e ficcionalmente, a situação do negro que, concomitantemente aos descontentamentos da elite brasileira, estava inserido dentro de “um sonho dantesco”, infernal. Sonho que, de sonho, não

tinha nada, visto que as descrições trazidas pelo eu-poético nas estrofes acima retratam a realidade da situação dos negros dentro dos navios negreiros, como é sabido.

E o eu-poético, de dentro desse inferno, vai trazendo para o leitor a visão que ele tem de lá, qual seja, a de que o sangue, “em sangue a se banhar”, espalha-se pelo tombadilho e a luz das “luzernas avermelha o brilho”, isso é, deixa o sangue mais vivo, mais visível. Além disso, nesse inferno, ouve-se o “tinir de ferros... Estalar de açoite”. Este que gera o sangue visto no chão do tombadilho pelo eu-poético. Em suma, estava-se no inferno, talvez mais feio do que o de Dante.

A dança, citada pelo eu-poético, pode ser uma ironia, através da qual ele quer dizer que, amarrados, os corpos dos escravizados balançavam, “soltos” ao ritmo da embarcação, ou do movimento involuntário do corpo ao sentir o açoite rasgando-lhe a carne. Ou o verso, “horrendos a dançar” pode querer dizer exatamente isso: que os negros estavam dançando mesmo, porém, por imposição e diversão dos seus algozes, afinal, aos olhos dos traficantes a “mercadoria” lhes pertencia e, de certa forma, causava-lhes prazer ver a degradação dos escravizados – coisas de humanos. E nisso tudo (nesta estrofe) reside o “sonho dantesco” vislumbrado pelo eu-poético: homens e mulheres sendo espancados, humilhados, sob a luz da luzerna.

E a humilhação não distingue sexo, nem idade, pois o eu-poético, ao lançar um olhar sobre as mulheres naquele navio negreiro, observa como era dura à vida das “Negras mulheres, 203
suspendendo às tetas / magras crianças” (ALVES, 2013, p. 21) que sugam “o sangue das mães”, visto que estas nem leite têm – seja por falta de alimentação ao longo da travessia, seja por conta do estresse ao qual estão submetidas que faz com que o leite materno seque. As mulheres que não têm filhos, por outro lado, também não estão em melhor situação. Estas, segundo o eu-poético, são as “outras moças, mas nuas e espantadas” que “no turbilhão de espectros arrastadas, / Em ânsia e mágoa vãs!” (ALVES, 2013, p. 21) se encontram. Mágoas e ânsia vãs, porque o eu-poético sabe tudo, e sabe que, uma vez escravizadas, para elas não há esperança – nem em água, nem quando chegarem em terra.

E o sonho dantesco, ao longo dessa viagem ao mais profundo dos infernos, chega ao auge quando o eu-poético olha a todos os escravizados que, segundo ele, estão presos “nos elos de uma só cadeia”, isto é, presos a um só destino, a um só tipo de vida: o cativo. Eles, nas palavras do eu-poético, presos a esse destino, naquele navio, cambaleiam, famintos “E chora e dança ali! / Um de raiva delira, outro enlouquece, / Outro que martírios embrutece, Cantando, geme e ri” (ALVES, 2013, p. 21).

O eu-poético, após retratar o inferno vivenciado pelos negros, questiona Deus, que segundo ele, o chama de “senhor Deus dos desgraçados” – atribuindo-lhe talvez este apelido para criar uma relação de proximidade entre esses desgraçados (negros) e Deus. Em seguida, o eu-poético expressa “Dizei-me vós, / senhor Deus! Se é loucura... se é verdade Tanto / horror perante os céus?!” (ALVES, 2013, p. 22), essa indagação que o eu-poético faz a Deus, surge em meio às humilhações e infames ocorridas no navio. E conseqüentemente ao contexto da escravidão. Além disso, com um protesto contra a iniquidade desencadeada em alto mar, o eu-poético indaga “Ó mar, por que não apagas / Co’a esponja de tuas vagas De teu manto este borrão?” (ALVES, 2013, p. 22). A “esponja” a qual o eu-poético se refere nesse verso, serviria para apagar as manchas deixadas pela escravidão sobre o mar. Dessa forma, evocando as forças da natureza, o eu-poético expressa “Astros! noites! / tempestades! Rolai das imensidades! / varrei os mares, tufão!” (ALVES, 2013, p. 22), se utilizando desses fenômenos, o eu-poético tem como finalidade propor que um vento muito forte varresse diante dos olhos do eu-poético aquela cena triste, humilhante, degradante para os negros e para além da imensidão daquele mar. Além disso, a situação é considerada pelo eu-poético como um “borrão”, uma mancha sobre o mar, assim como a escravidão é considerada na história do Brasil: uma mancha feia, triste, que não se apagará.

Portanto, nos excertos selecionados temos um eu-poético que expõe a situação degradante da escravidão e, conseqüentemente, a situação dos escravos no Brasil durante o Segundo Reinado. A partir da visão exposta por este eu-poético, observa-se que as preocupações da elite, discutida no tópico anterior em nenhum momento perpassa a situação dos escravizados, ou seja, os negros aspiravam liberdade, dignidade e a elite mais poder e, para isso, lutavam, brigavam em benefício próprio.

Anos depois, já na República brasileira, encontra-se Lima Barreto. Deste, serão analisadas as crônicas “15 de novembro” (em anexo) e “O momento” (em anexo). Observando como tal regime aplicava formas segregadoras à população negra da época.

Em “15 de novembro” o tema gira em torno do que é e como se encontra a República brasileira depois de mais de 30 anos de existência da mesma. E o narrador-personagem escreve a crônica “[...] no dia seguinte ao do aniversário da proclamação da República” (BARRETO, 2017, p. 29). Dia de festa, como é até hoje, o narrador-personagem alheio a tais comemorações confessa: “Não fui à cidade e deixei-me ficar pelos arredores da casa em que moro, num subúrbio distante. Não ouvi nem sequer as salvas da pragmática; e, hoje, nem sequer li a notícia das festas

comemorativas que se realizaram” (BARRETO, 2017, p. 29). Muito provavelmente o narrador-personagem se mostra indiferente por não acreditar que esse novo regime venha a contemplar os mais pobres (no caso, em particular aqui, os negros) de forma satisfatória, como os mesmos necessitavam naquele momento.

E, muito embora, o narrador-personagem demonstra simpatia e pesar pela morte da princesa Isabel ao dizer: “Entretanto, li com tristeza a notícia da morte da princesa Isabel” (BARRETO, 2017, p. 29). Contudo, ele também deixa claro que não a considera uma “santa” nem algo similar – muito provavelmente por conta da Lei que a mesma assinou, ou seja, o narrador-personagem parece ter consciência de que o ato da Princesa Isabel não foi lá algo digno do louvor que lhe atribuem, e sim algo ao qual a Monarquia não poderia mais fugir. Mas como bom ser humano, que pode ser comprovado quando ele se comove “Embora eu não a julgue com o entusiasmo de panegírico dos jornais, não posso deixar de confessar que simpatizo com essa eminente senhora” (BARRETO, 2017, p. 29). Ou seja, não foi um regime de governo que primou pela justiça social (Monarquia), mas o atual, a República também não estava sendo. Tanto que, logo após esses devaneios, “Veio, entretanto, vontade de lembrar-me o estado atual do Brasil, **depois de trinta e dois anos de República.**” (BARRETO, 2017, p. 29, grifo nosso). Tal lembrança o faz refletir e perceber o “**aspecto da Favela, do Salgueiro e outras passagens pitorescas desta cidade**” (BARRETO, 2017, p. 29, grifo nosso), que denunciavam, na época, o local cabido aos negros, e a situação social que o regime legou para os escravizados no Brasil.

Em outras palavras, trinta e dois anos após a Proclamação da República, que era a esperança de tempos melhores para o povo brasileiro, de maneira geral, Barreto já denunciava a situação do negro, da favela. E isso é extremamente triste, delicado, pois desde sempre, aparentemente, ainda que a olhos vistos, nenhum governo olhou, de fato, para a situação dos negros, dos menos favorecidos economicamente.

E conforme as lembranças vinham à mente do narrador-personagem, chegavam junto às conclusões como a de que: “[...] a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a **miséria geral?** [...]” (BARRETO, 2017, p. 29, grifo nosso). Em outras palavras, para o narrador-personagem, o luxo ostentado pela elite republicana era obtido por pessoas de mau caráter que não se importavam em quem pisavam para obter tal luxo. E vai além, essas pessoas, para ele, eram os causadores da miséria, visto que para enriquecer, empobrecia os já miseráveis. E diante de tais semânticas, entende-se o porquê de Lima Barreto ter sido massacrado no seu período histórico-literário: era um homem à frente do seu tempo,

destemido e sem papas na língua. Com o seu francês, compreendido pela elite, batia-lhes na cara ao escancarar o quão podre era a elite republicana.

Contudo, o narrador-personagem sabe como ele mesmo afirma, “Entretanto - eu o sei bem - o 15 de Novembro é uma data gloriosa, nos fastos da nossa história, marcando um grande passo na evolução política do país”. (BARRETO, 2017, p. 30). Como de fato o foi.

Em relação à crônica “O momento” (em anexo), nela o narrador-personagem quer expressar seus mais íntimos sentimentos à República e explicar o porquê dos mesmos. E tal sentimento já vem na primeira frase da crônica: “Sempre fui contra a república [...]” (BARRETO, 2017, p. 27, grifo do autor). Contudo, nem sempre foi assim, pois, antes de a mesma ser proclamada, nos seus 7 anos de idade, o narrador-personagem imaginou a República como sendo algo “de glória, a da grande, imensa glória, feita por mim, sem favor, nem misericórdia” (BARRETO, 2017, p. 27). Porém, ao ver, no dia da Proclamação da mesma, que a República “[...] espalhava pelas ruas soldados embalados, de carabinas em funeral” (BARRETO, 2017, p. 27), o narrador-personagem “[...] nunca mais a quis” (BARRETO, 2017, p. 27) Ele ainda reforça que, “sem ser monarquista, não amo a república” (BARRETO, 2017, p. 27).

E como e/ou porque deveria apreciá-la se, conforme o narrador-personagem mesmo argumenta,

O nosso régimen atual e da mais brutal plutocracia, e da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha.

Não há entre os ricos, entre os poderosos, nenhuma generosidade; não há piedade, não há vontade, por parte deles, desejo de atenuar a sua felicidade, que é sempre uma injustiça, com a proteção aos outros, com o arrimo aos necessitados, com o fervor religioso de fazer o bem.

Têm medo de ser generosos, tem medo de dar uma esmola, tem medo de ser bons. (BARRETO, 2017, p. 27).

Tal desgosto para com a República ainda advém da consciência que o narrador-personagem tem sobre o fato de que “[...] nunca houve anos no Brasil em que os pardos, [...] fossem mais postos à margem” (BARRETO, 2017, p. 27), pois não eram escravizados, mas também não eram livres – eram tratados então como um nada e deixados na vida sem nada: sem emprego; sem condições de sair desse nada, posto que sem oportunidades, políticas públicas que os ajudassem a se erguer quando libertos do cativo.

Lima Barreto não poderia ser mais atual, pois a República atualmente parece querer retomar esse olhar que tinha para com os menos favorecidos economicamente, para com os negros e outros segmentos da sociedade brasileira. Além disso, a leitura que o narrador-

personagem faz da República e do negro, dos “pardos”, dos menos favorecidos economicamente reproduz a situação do negro que, “libertos” no mundo, foram se abrigar às margens e como podiam. “Jogados” lá muitos permanecem até hoje num eterno círculo vicioso que, sem apoio governamental e da sociedade como um todo, permanecerá assim por mais outros e outros séculos. Eternamente sem justiça social. Carregando o estigma, a herança que a escravidão negra no Brasil legou aos afrodescendentes: à difícil luta, sem armas, para sair da “escravidão” que os acorrenta até hoje, seja em termos econômico; seja em termos de racismo, exclusão social.

CONCLUSÃO

Finda a leitura proposta, conclui-se que, em se tratando do Segundo Reinado e dos anos iniciais da República, observa-se como em nenhum dos dois períodos selecionados para análise a situação social do negro foi levada em consideração.

Observa-se também que os períodos monárquico e republicano, embora distintos na forma de governo, têm como prioridade a elite econômica, as suas necessidades em primeiro plano.

Tais aspectos podem ser comprovados nos textos dos autores selecionados para análise. No “Navio Negreiro”, de Castro Alves, escrito no Segundo Reinado, o negro vem confinado em porões de navios, à mercê de chicotes, da fome, de mandos e desmandos dos seus algozes. Em Lima Barreto, nos primeiros anos da República brasileira, têm-se o negro confinado nas favelas, em redutos, à margem – dos acontecimentos políticos e das regalias governamentais. Mostra uma República individualista, desigual e acima de tudo controlada pela elite brasileira. 207

Em suma, a literatura, a partir dos textos selecionados, pode dar-nos uma visão sobre a situação do negro em dois momentos distintos da História do Brasil. E tal visão salvo algumas mudanças como, por exemplo, o fim da escravidão, que pouco difere do Brasil atual, no qual os negros e brancos pobres ainda vivem às margens e têm sido mortos – não por chicotes, mas armas de fogo por parte de quem deveria proteger a população.

REFERÊNCIAS

ALVES, Castro. **O Navio Negreiro e vozes d’afrika**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11874>>. Acesso em 24 de dezembro de 2019.

BARRETO, Lima. **Lima Barreto: Crônicas para jovens**. 1. ed. São Paulo: Global, 2017.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do desenvolvimento da Educação, 1995. – (Didática, I).

NATAL, Caion Meneguello. **O triste visionário: Lima Barreto e seu tempo**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 68, p. 235-240, dez. 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n68/2316-901X-rieb-68-00235.pdf>>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

PESAVENTO, Sara Jatahy. **O mundo como texto: Leituras da história e da literatura**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30220>>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

SILVA, Sara Daniela Moreira da. **Castro Alves na cultura brasileira**. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários e Culturais, especialidade em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, 2012. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/20693>>. Acesso em 24 de dezembro de 2019.